

PORTARIA TRE Nº 226, DE 24 DE SETEMBRO DE 2019.

Torna público o Relatório de Gestão Fiscal do Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais relativo ao segundo quadrimestre de 2019.

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MINAS GERAIS, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no art. 54, inciso III e parágrafo único, e art. 55, § 2º, da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000,

RESOLVE:

Art. 1º Tornar público o Relatório de Gestão Fiscal desta Corte, referente ao 2º quadrimestre de 2019, constante do Anexo desta Portaria.

Des. ROGÉRIO MEDEIROS
Presidente

UNIÃO – PODER JUDICIÁRIO
 TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MINAS GERAIS
 RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
 DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
 ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 SETEMBRO/2018 A AGOSTO/2019

RGF – ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea “a”)

R\$ 1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 meses)														INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS ¹
	LIQUIDADAS														
	SET/2018	OUT/2018	NOV/2018	DEZ/2018	JAN/2019	FEV/2019	MAR/2019	ABR/2019	MAI/2019	JUN/2019	JUL/2019	AGO/2019	TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES)		
	(a)	(b)	(c)	(d)	(e)	(f)	(g)	(h)	(i)	(j)	(k)	(l)	(m)		
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	43.814.643,66	46.119.679,70	74.617.709,14	52.674.419,85	58.857.103,69	44.193.886,17	44.512.491,18	43.981.007,55	44.030.896,49	44.859.774,64	43.985.139,10	44.207.535,91	585.854.287,08	2.412.141,90	
Pessoal Ativo	35.665.878,36	38.130.250,80	62.372.322,77	44.399.197,39	45.991.009,50	35.601.978,49	35.897.053,34	35.333.339,63	35.343.866,79	36.156.419,34	35.207.438,02	35.418.512,36	475.517.266,79	2.377.141,90	
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	30.966.298,01	33.438.969,39	52.717.967,69	39.553.389,06	40.876.096,76	30.485.656,84	30.790.854,33	30.313.625,44	30.311.607,03	31.155.399,62	30.189.917,37	30.419.552,87	411.219.334,41	2.343.131,41	
Obrigações Patronais	4.699.580,35	4.691.281,41	9.654.355,08	4.845.808,33	5.114.912,74	5.116.321,65	5.106.199,01	5.019.714,19	5.032.259,76	5.001.019,72	5.017.520,65	4.998.959,49	64.297.932,38	34.010,49	
Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Pessoal Inativo e Pensionistas	8.148.765,30	7.989.428,90	12.245.386,37	8.275.222,46	12.866.094,19	8.591.907,68	8.615.437,84	8.647.667,92	8.687.029,70	8.703.355,30	8.777.701,08	8.789.023,55	110.337.020,29	35.000,00	
Aposentadorias, Reserva e Reformas	6.372.307,05	6.335.487,46	9.590.498,73	6.631.074,68	10.312.980,19	6.884.706,55	6.908.029,50	6.942.536,16	6.961.562,69	6.992.504,32	7.052.020,93	7.014.799,45	87.998.507,71	20.000,00	
Pensões	1.776.458,25	1.653.941,44	2.654.887,64	1.644.147,78	2.553.114,00	1.707.201,13	1.707.408,34	1.705.131,76	1.725.467,01	1.710.850,98	1.725.680,15	1.774.224,10	22.338.512,58	15.000,00	
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)													0,00	0,00	
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	8.169.189,99	3.457.919,61	130.490,58	47.646,15	12.866.094,19	8.591.907,68	8.615.437,84	8.647.667,92	8.688.228,22	8.703.355,30	8.784.118,86	8.795.413,07	85.497.469,41	69.906,95	
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	20.424,69	1.253,44	130.490,58	47.646,15	0,00	0,00	0,00	0,00	1.198,52	0,00	6.417,78	6.389,52	213.820,68	69.906,95	
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	8.148.765,30	3.456.666,17	0,00	0,00	12.866.094,19	8.591.907,68	8.615.437,84	8.647.667,92	8.687.029,70	8.703.355,30	8.777.701,08	8.789.023,55	85.283.648,73	0,00	
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I – II)	35.645.453,67	42.661.760,09	74.487.218,56	52.626.773,70	45.991.009,50	35.601.978,49	35.897.053,34	35.333.339,63	35.342.668,27	36.156.419,34	35.201.020,24	35.412.122,84	500.356.817,67	2.342.234,95	

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	829.157.292.075,07	-
DESPESA TOTAL COM PESSOAL (III C)	502.699.052,62	0,060628%
LIMITE MÁXIMO (V) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	629.952.252,65	0,075975%
LIMITE PRUDENCIAL (VI) = (0,95 x V) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	598.454.640,02	0,072176%
LIMITE DE ALERTA (VII) = (0,90 x V) (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF)	566.957.027,39	0,068378%

FONTE: Sistema SIAFI, Unidade Responsável: COFIC/SOF/TSE e SETCO/CCF/SOF/TREMG, Data e hora da emissão: 17/09/2019, 17h01min

Nos demonstrativos elaborados no primeiro e no segundo quadrimestres de cada exercício, os valores de restos a pagar não processados inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior continuarão a ser informados nesse campo. Esses valores não sofrem alteração pelo seu processamento, e somente no caso de cancelamento podem ser excluídos.

Notas:

1. Limites Máximo e Prudencial estabelecidos pela Portaria TSE nº 385/2013.
2. Valor da RCL referente à Portaria STN nº 633, de 18 de setembro de 2019.

UNIÃO – PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MINAS GERAIS
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DOS LIMITES DE DESPESA COM PESSOAL EM CUMPRIMENTO AO
ACÓRDÃO 553/2017 – TCU – PLENÁRIO. ITEM 9.4
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
SETEMBRO/2018 A AGOSTO/2019

				R\$ 1,00	
DESPESA COM PESSOAL				DESPESAS EXECUTADAS	
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)				588.266.428,98	
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)				85.567.376,36	
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I-II)				502.699.052,62	
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL					
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA – RCL (IV)				829.157.292.075,07	
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL DTP sobre a RCL (V) = (III/IV)*100				0,060628%	
				% DA RCL	VALOR
LIMITE MÁXIMO	LRF, art. 20, incisos I, II E III			0,076192%	631.751.523,98
	Resol CNJ 5/2005	Ato decorrente:	Portaria TSE nº 478, de 26 de setembro de 2005	0,076116%	631.121.364,44
	Resol CNJ 26/2006	Ato decorrente:	-		-
	Resol CNJ 177/2013	Ato decorrente:	Portaria TSE nº 385, de 22 de agosto de 2013	0,075975%	629.952.252,65
	Justiça do Trabalho / Ato Conjunto TST.CSJ/T/2015/ \3				-

FONTE: Sistema SIAFI, Unidade Responsável: COFIC/SOF/TSE e SETCO/CCF/SOF/TREMG, Data e hora da emissão: 17/09/2019, 17h01min

Nota: 1) Valor da RCL referente à Portaria STN nº 633, de 18/09/2019.

RENATA COUTO LESSA LIMA
 Coordenadora de Controle Interno e Auditoria

ANA CAROLINA SILVA COSTA
 Secretária de Orçamento e Finanças

ADRIANO DENARDI JÚNIOR
 Diretor-Geral

Des. ROGÉRIO MEDEIROS
 Presidente